

Ulysses: parlamentarismo, sim; casuísmo, não.

O deputado é contra "receitas milagreas". Para Collor, antecipar o plebiscito sobre sistema de governo é golpe. O general Leônidas também não concorda.

"Todo dia aparece alguém com uma proposta milagreira para salvar o País." A frase, dita ontem pelo candidato a presidente da República pelo PMDB, deputado Ulysses Guimarães, resume dois faixos do quadro político nacional: a busca de fórmulas institucionais para conter a crise política e o desprezo da maioria dos presidentiáveis, como Ulysses, por essas fórmulas.

A movimentação a que se entregam parlamentares de vários partidos, pelo menos dois presidentiáveis e outras pessoas ligadas ao processo político pretende especialmente uma fórmula de enfrentamento da crise. A adoção do parlamentarismo é vista como uma hipótese. Para Ulysses, porém, "propor o parlamentarismo como uma receita milagreira é casuísmo". E com ele concordam os também presidentiáveis Fernando Collor de Mello (PRN), Luís Inácio Lula da Silva (PT) e Leonel Brizola (PDT). Para todos, o parlamentarismo agora "é golpe". "Querem furar o balão que inflaram para o Collor de Mello", opinou o provável candidato a vice na chapa de Brizola, deputado Fernando Lyra.

Casuísmo ou não, o candidato a vice na chapa de Ulysses, Waldir Pires, também defendeu a antecipação do plebiscito marcado pela Constituição para 1993, quando o povo decidirá se quer manter o presidencialismo ou mudar para o parlamentarismo. Ao contrário do ex-prefeito Jânio Quadros — que sugeriu anteontem a realização do plebiscito em novembro próximo, junto com o primeiro turno das eleições presidenciais —, Waldir propôs que a decisão ocorra "90 dias após a posse do futuro chefe da Nação". O ex-governador baiano fez essa proposta em visita, ontem à tarde, às redações de **O Estado de S. Paulo** e **Jornal da Tarde**.

Golpe

Em Paris, Fernando Collor de Mello rechaçou ontem a proposta de Jânio Quadros. "Isso é golpe contra o processo eleitoral", disse Collor, que se declara parlamentarista, mas só admite mudanças após as eleições. Para ele, a medida seria um perigoso precedente, abrindo a possibilidade, inclusive, para que não ocorram eleições.

Em almoço, em Brasília, ao lado de todos os ministros militares, o general Leônidas Pires Gonçalves, do Exército, também repeliu a idéia de Jânio: "Eu, pessoalmente, não acho uma coisa boa", disse. "Acredito que a adoção do parlamentarismo agora talvez tenha problema do ponto de vista eleitoral, pois parece que a maioria dos candidatos não deseja ser mais uma rainha da Inglaterra", completou.

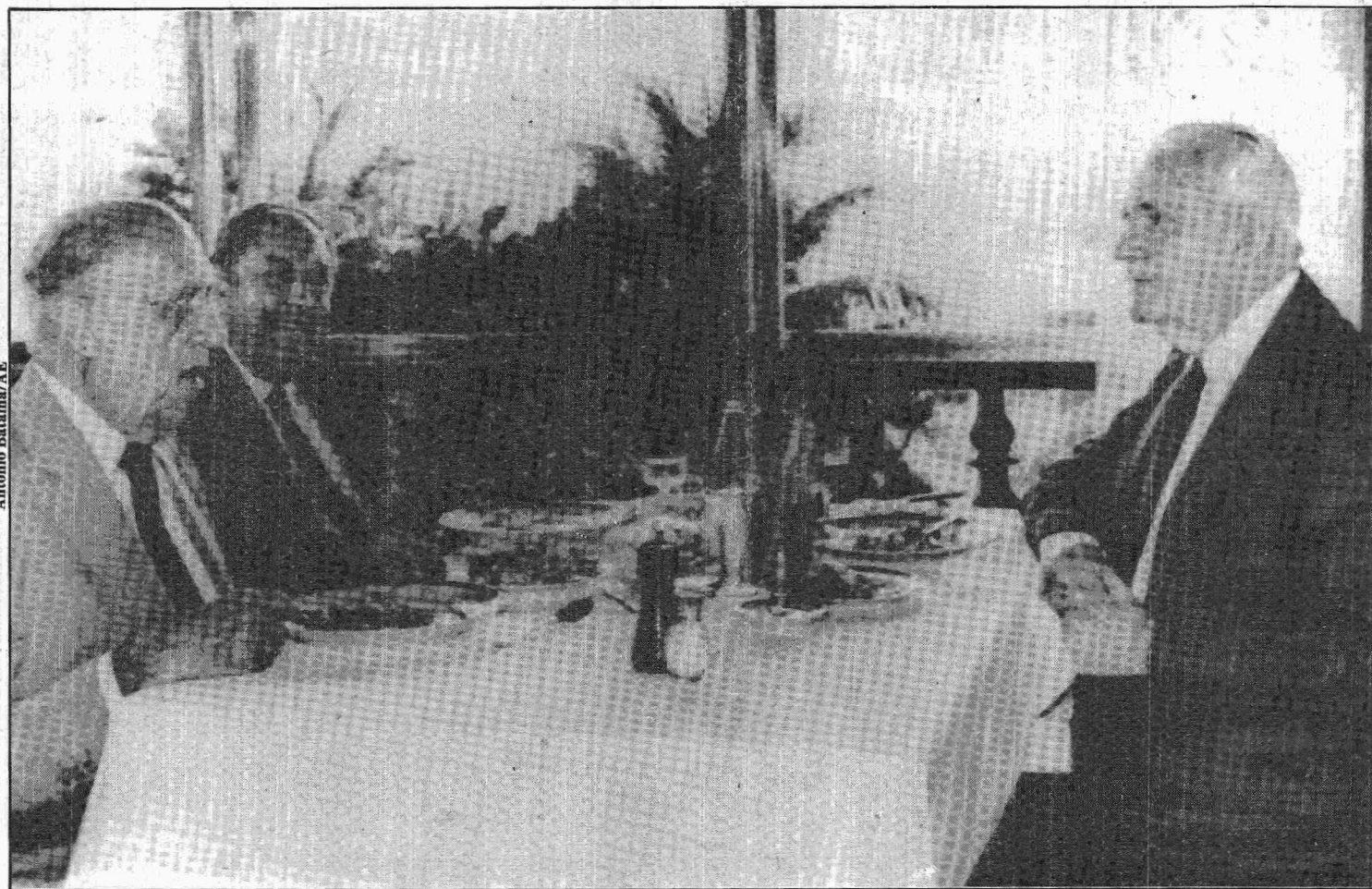
Na verdade, tanto a proposta de Jânio como a de Waldir Pires apenas se somam a uma infinidade de outras que, no fundo, sinalizam uma profunda crise política. O presidentiável do PL, Guilherme Afif Domingos, por exemplo, propôs encurtar o mandato do presidente Sarney e adotar o parlamentarismo, no que tem o apoio de Paulo Maluf, candidato pelo PDS. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) está redigindo uma emenda constitucional para implantar o novo sistema em 15 de março de 1991. Ontem, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) redigiu outra emenda materializando a proposta de Jânio.

A reação de Ulysses contra as propostas milagreas, porém, não significa que ele não aprove o parlamentarismo. Na noite de terça-feira ele defendeu esse sistema de governo em dois momentos: numa conversa informal com o **JT**, quando falou da "saúde" que o parlamentarismo pode representar para o País, e em entrevista com João Soares, no "Jô Onze e Meia".

Segundo Ulysses, o parlamentarismo é "inevitável" no Brasil e, aliás, já existe na prática desde a promulgação da Constituição, que deu maiores poderes ao Legislativo. Além disso, se eleito presidente, ele garantiu, antecipadamente, que não colocará a máquina do Estado no combate ao parlamentarismo quando acontecer o plebiscito, que agora pretende-se antecipar.

Sarney só quer viajar

Disposto a não participar da campanha,



Aureliano, com Geisel e Falcão: "Minha campanha ainda não está nas ruas".